

# É ISTO UM SUJEITO?!: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA IDEIA DE SUJEITO

*IS THIS A SUBJECT?!: CONSIDERATIONS ON THE IDEA OF SUBJECT*

**Kelvin Oliveira do Prado<sup>1</sup>**

*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB*

**Maria de Fátima de Andrade Ferreira<sup>2</sup>**

*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB*

## RESUMO

Este artigo objetiva realizar uma revisão bibliográfica mobilizando considerações teórico-críticas na literatura de referência acerca da noção ou da ideia de sujeito e de subjetividade, embasando-se sobretudo nas contribuições da teoria do sujeito ou teoria da formação do sujeito. Portanto, tem-se em vista as reflexões operadas a respeito do tema sobretudo no cerne da Filosofia e também da Psicanálise. Torna-se evidente que a discussão e a linguagem envolta nas reflexões acerca da definição de sujeito e de seus desdobramentos ainda contam com relevância predominante, sobretudo em contribuições importantes em aspectos da teoria crítica de cunho feminista e de raça, englobando elementos que se desdobram em aspectos étnicos, de gênero e de sexualidade. Aliado a isso, estão contribuições relevantes advindas do pós-estruturalismo, dos estudos culturais e de desdobramentos como o pós-colonialismo nas noções de sujeito colonial e colonizado aliados aos preceitos de suas subjetividades.

**Palavras-chave:** Subjetividade; Filosofia; Psicanálise; Teoria.

## ABSTRACT

This paper aims to conduct a literature review mobilising theoretical and critical considerations about the notion or idea of subject and subjectivity, based mainly on contributions from subject theory or subject formation theory. Therefore, it focuses on reflections on the theme, especially at the heart of philosophy and psychoanalysis. It is evident that the discussion and language surrounding reflections on the definition of subject and its ramifications are still predominantly relevant, especially in important contributions to aspects of feminist and race critical theory, encompassing elements that unfold into aspects of ethnicity,

<sup>1</sup> Doutorando em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista, Bahia, pela Rede Nordeste de Ensino. Mestre em Literatura e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Tutoria em Educação a Distância pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em História da Bahia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Licenciado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Letras e Pedagogia pela Uninter. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6649-7502>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1446158593348650>. E-mail: [kelvinprado17@gmail.com](mailto:kelvinprado17@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Plena da Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL), docente do curso de Pedagogia e do Programa de Mestrado em Ensino (PPGEN/UESB), Programa de Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC/UESB) e Programa de Pós-Graduação Doutorado em Ensino da Rede Nordeste de Ensino (RENOEN/UESB). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Gestão em Educação e Estudos Transdisciplinares (NUGEET) e Rede de Pesquisa Representações, Discursos e Violência na Escola (UESB). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4094-6741>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9173104914920572>. E-mail: [mfatimauesb@hotmail.com](mailto:mfatimauesb@hotmail.com).

gender, and sexuality. Added to this are relevant contributions from post-structuralism, cultural studies and developments such as post-colonialism in the notions of colonial and colonised subjects, combined with the precepts of their subjectivities.

**Keywords:** Subjectivity; Philosophy; Psychoanalysis; Theory.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo realizar una revisión bibliográfica movilizando consideraciones teórico-criticas sobre la noción o la idea de sujeto y subjetividad, basándose principalmente en las contribuciones de la teoría del sujeto o teoría de la formación del sujeto. Por lo tanto, se tienen en cuenta las reflexiones realizadas sobre el tema, sobre todo en el ámbito de la filosofía y también de la psicanálisis. Es evidente que el debate y el lenguaje que rodean las reflexiones sobre la definición de sujeto y sus ramificaciones siguen teniendo una relevancia predominante, sobre todo en importantes contribuciones a aspectos de la teoría crítica de carácter feminista y racial, que abarcan elementos que se desglosan en aspectos étnicos, de género y de sexualidad. A esto se suman contribuciones relevantes procedentes del posestructuralismo, los estudios culturales y desarrollos como el poscolonialismo en las nociones de sujeto colonial y colonizado, junto con los preceptos de sus subjetividades.

**Keywords:** Subjetividad; Filosofía; Psicoanálisis; Teoría.

## INTRODUÇÃO

*“A subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social”*  
(Guattari, Micropolíticas, cartografia do desejo).

Ouve-se falar da ideia de sujeito e de subjetividade de forma recorrente em discussões de cunho filosófico e psicanalítico, mas também em outros discursos e ramificações. No entanto, questiona-se: O que é um sujeito? O que é subjetividade? Esses dois conceitos têm relações? São proposições que se apoiam em um questionamento de cunho eminentemente teórico, mas que também é espalhado para a linguagem e o discurso cotidiano. Afinal, saber o que é um sujeito, por exemplo, projeta a possibilidade de um entendimento que é tanto físico quanto metafísico, ao partir da noção de humanidade e daquilo que conta como humano, isto é, enquanto sujeito.

## A LINGUAGEM DA SUBJETIVIDADE

Mediante tais elucidações, a linguagem que vai sendo tensionada para pensar o sujeito e a subjetividade, em que surgem eminentemente nas discussões filosóficas. Assim sendo, Judith Butler (2017), que pode ser lida como uma pensadora da linguagem, descreve a sujeição como o processo de se tornar subordinado pelo poder e de se tornar um sujeito. Ela entende que a sujeição precisa ser aliada aos meandros da vida psíquica, no qual há o debate sobre a produção de sujeitos e de não-sujeitos, isto é, corpos que não são vistos como signos de humanidade, ou menos humanos.

Assim, há normas introjetadas, mas que não são internalizadas mecanicamente, pois o poder é projetado como externo ao sujeito, indivíduo que é vulnerável. Nota-se, portanto, um assujeitamento, uma subjetivação, ou seja, uma produção da subjetividade. E, como visto em Eribon (2004), esse poder também está no insulto, na linguagem que tem o poder de enquadrar o violentado, então a vida psíquica do poder introjeta, modela e violenta a subjetividade, é o sujeito em devir. Vê-se em Birman (2020) que um dos grandes problemas sociopolíticos da atualidade é a violência, que se impõe como uma invariante sempre presente nas subjetividades. Entende-se que, de algum modo, a formação da subjetividade deste sujeito conta com um potencial de violência. Uma violência dada como um lugar-comum. No âmbito dos EC, Johnson (1996) aponta algo útil a este estudo, isto é:

My key terms instead are ‘consciousness’ and ‘subjectivity’ with the key problems now lying somewhere in the relation between the two. **For me cultural studies is about the historical forms of consciousness or subjectivity, or the subjective forms we live by**, or, in a rather perilous compression, perhaps a reduction, the subjective side of social relations<sup>3</sup> (Johnson, 1996, p. 80, grifos meus).

Ou seja, campos diversos como os estudos culturais (EC) mobilizam a noção de consciência e de subjetividade com os principais problemas situando-se em algum lugar na relação entre os dois. Trata-se antes de mais nada das formas subjetivas pelas quais vivemos. Nesse aspecto, levand em conta o âmbito da materialidade, nos “espectros” (tal qual formula Derrida) de Marx, em seus Manuscritos de 1844, Marx chama essa característica de “ser das espécies”; um “lado” ou “aspecto subjetivo” dos processos sociais. Marx (2015) realça que, embora o homem seja um indivíduo original, e é esta particularidade que o torna um indivíduo, um ser comunal individual; ele é igualmente o conjunto, a existência subjetiva da sociedade como vivenciada.

Ele existe na realidade como o espírito da existência social, ao longo do seu texto Marx fala da “essência” subjetiva da propriedade privada, que, como atividade em si mesma, como sujeito, é trabalho. Há uma preocupação com as formas sociais por meio das quais os seres humanos produzem e reproduzem sua vida material. Marx, bem como Wilhelm Wundt e Freud (psicologia e psicanálise respectivamente), é posto como uma espécie de proto-estruturalista,

---

<sup>3</sup> “Os meus termos-chave são ‘consciência’ e ‘subjetividade’, com os principais problemas situando-se agora em algum lugar na relação entre os dois. Para mim, os EC tratam das formas históricas de consciência ou subjetividade, ou das formas subjetivas pelas quais vivemos, ou, numa compressão bastante arriscada, talvez uma redução, do lado subjetivo das relações sociais” (tradução nossa).

tendo em vista as suas noções de estrutura econômica que define a superestrutura (âmbito cultural e social), com isso, engendraram e contribuíram para o que viria a ser o estruturalismo.

Raymond Williams (1985), pioneiro nos EC, traz em seu “dicionário da cultura” a palavra “*subjective*”, isto é, “subjetivo”, não exatamente “*subject*” ou “sujeito” (a palavra é de difícil tradução do inglês ao português), isso já é de grande monta para a reflexão aqui estabelecida, pois ele fornece as raízes do termo com suas derivações ao subjetivismo e, especialmente, chega até a subjetividade e ao sujeito. Assim, o autor diz que “subjetivo” é uma palavra profundamente difícil, especialmente em seu contraste convencional com “objetivo”, pois historicamente isso foi feito no pensamento medieval, mas de forma diferente e oposta, o que durou até o século XVII, quando cada termo começou a ser usado de novas maneiras. O contraste moderno não foi totalmente desenvolvido em inglês até o século XIX e ainda é variável. Além disso, mesmo que ignoremos o contraste anterior, ainda restam sentidos de sujeito derivados desse período e que tornam as relações entre sujeito e subjetivo difíceis. Perpassa-se uma visão escolástica, bem como uma “ruptura” com o pensamento cartesiano, além de um outro desenvolvimento na filosofia alemã (idealista), ou seja, derivações que tornam a definição complexificada.

André Lalande, em seu “Vocabulário técnico e crítico da filosofia” (1993, p. 1060-1065) traz contribuições para que se pense os conceitos aqui mobilizados, como o caso da subjetividade, mas ainda abarca as ideias de subjetivismo e de subjetivo. Dessa maneira, destaca-se inicialmente o conceito de subjetividade como a característica do que é subjetivo; a subjetividade do espaço e do tempo caracteriza esta doutrina, é uma característica que distingue os fenômenos e os abarca em sua extensão, a palavra deve ser tomada em um sentido amplo. Já o subjetivismo, no sentido geral, é uma tendência filosófica que consiste em reduzir todo juízo de valor ou de realidade a atos ou estados de consciência individuais; na metafísica: é a tendência a reduzir toda existência a existência do sujeito, “do pensamento” em geral, excluindo as “coisas”; na lógica: é a teoria que recusa à distinção entre o verdadeiro e o falso um valor objetivo, ou, ainda, reduz a certeza a um estado de assentimento individual firme; na ética: são teorias morais segundo as quais a distinção entre o bem e o mal tem por raiz quer a do bem-estar e do sofrimento individual, quer a das emoções pessoais de aprovação ou de indignação; na estética: teoria segundo a qual os juízos estéticos exprimem apenas gostos individuais; por fim, na psicologia, é a tendência do indivíduo a se encerrar nas suas ideias e sentimentos particulares, uma incapacidade (ou recusa voluntária) para considerar as coisas de um ponto de vista objetivo.

Em síntese, tecendo a crítica a este conceito, Lalande entende ser visível que o termo, como a maior parte daqueles terminados em “ismo”, é vago, equívoco e tendencioso. Por fim,

## É isto um sujeito?!: considerações acerca da ideia de sujeito

tem-se o conceito de subjetivo, isto é, que pertence a um sujeito; aquilo de que se trata pertence apenas ao sujeito, individual, válido para um só sujeito. No “Dicionário de Filosofia”, em relação ao conceito de sujeito, alude-se que:

Esse termo teve dois significados fundamentais: aquilo de que se fala ou a que se atribuem qualidades ou determinações ou a que são inerentes qualidades ou determinações; o eu, o espírito ou a consciência, como princípio determinante do mundo do conhecimento ou da ação, ou ao menos como capacidade de iniciativa em tal mundo (Abbagnano, 2007, p. 929).

Torna-se evidente que, como é notório reiterar, a palavra é de difícil definição, seja sujeito ou sentido, por exemplo. A exemplo do que acontece com a obra “*Senses of the subject*”, de Butler, traduzida como “Os sentidos do sujeito” (2021), em que o prefácio é intitulado como “Os sentidos da tradução”, apontando a escolha das melhores expressões e entendendo que Butler trabalha a linguagem articulando construções ambivalentes e polissêmicas para propor uma filosofia transitiva. No original, “*Senses of the Subject*”, existe uma opacidade em relação àquilo que “*senses*” designa, por um lado, poderia indicar quais significados “*senses*” o sujeito assume; por outro, poderia apontar para o que seria ter sensações, “*senses*” do sujeito, ter a experiência de ser um sujeito.

Mas o que é de fato um sujeito? Com base em Butler (2021) e na teoria do sujeito ou teoria da formação do sujeito, sabe-se que quando é citada a “formação do sujeito”, por exemplo, presume-se um limiar de suscetibilidade que precede a formação de um “eu” consciente e deliberado. Isso, nota a autora, significa que essa criatura é afetada por algo que está fora de si mesma, entendida como anterior, que ativa e informa o sujeito que se é. E seguindo uma linha foucaultiana, declara-se que o sujeito é produzido por meio de normas ou por um discurso, os quais precedem o sujeito antes de qualquer coisa.

No âmbito dos EC, Hall (2003a), no capítulo “Identidade e subjetividade” aponta que os termos “identidade” e “subjetividade” são, por vezes, utilizados de forma intercambiável, mas que existe uma sobreposição entre os dois, pois subjetividade sugere a compreensão sobre o nosso eu, o termo envolve pensamentos e emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”, envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual adotamos uma identidade. Hall ainda pontua que quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se nos recrutam como sujeitos.

Os sujeitos são sujeitados ao discurso, a subjetividade inclui as dimensões inconscientes do eu, o que implica a existência de contradições. O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos envolvidos na produção da identidade, permite-nos explicar as razões pelas quais nos apegamos a identidades particulares. O sujeito na psicanálise, também discutido por Hall (2003a) no capítulo “Dimensão psicanalítica”, é muito importante na questão da subjetividade, como será possível ver no sujeito lacaniano e freudiano; assim como a dimensão da performatividade, no qual o autor estabelece um diálogo com Butler. Conclui-se que tanto Butler quanto Hall, mas sobretudo a primeira autora, fornecem um espectro importante para as questões que aqui são manejadas, seja a linguagem-discurso, o sujeito-subjetividade e a ampliação ao aspecto da violência relacionado ao sujeito em meio a essas conexões de formas intercambiáveis.

Há uma relação entre corporificação e linguagem na formação do sujeito. Ou seja, entende-se que os sujeitos são “concebidos”, pensados e idealizados antes mesmo de existirem em um plano físico, em alguns casos, como uma contingência; mas também quando não existimos como corpos independentes, fora de um Outro sujeito (a mãe), no qual os sujeitos são nomeados, tem-se, *a priori*, um nome, uma criação identitária, uma relação de dependência etc. Concluindo considerações nesse discurso dos EC, os termos-chave de autores como Escosteguy, Schulman e Johnson (2004) são “consciência” e “subjetividade”, situados entre os dois termos, amarra-se a referida ideia de que os EC dizem respeito às formas históricas da consciência ou da subjetividade, ou às formas subjetivas pelas quais os sujeitos vivem.

O conceito de “subjetividade” é importante no campo dos EC ao incluir essa possibilidade de que alguns elementos estejam subjetivamente ativos, “mobilizam-nos”, sem serem conscientemente conhecidos, destaca um “quem eu sou” ou “quem nós somos” da cultura, destacando identidades individuais e coletivas, fazendo conexão com um dos *insights* estruturalistas mais importantes: que a subjetividade não é dada, mas produzida, constituindo o objeto da análise. Nesse sentido, ressalta-se o caráter estruturado das formas que subjetivamente ocupamos: linguagem, signos e discursos/práticas. O que não significa dizer que a descrição da forma é suficiente, é importante ver a natureza histórica das formas subjetivas, afirmam Escosteguy, Schulman e Johnson (2004).

Por isso, para deixar cada vez mais definido para inteligibilidade do leitor, a noção de sujeito e subjetividade foi e é mobilizada nos estudos culturais, pós-estruturais e pós-coloniais, interseccionados na análise da violência da/na subjetivação (assujeitamento ou formação do sujeito, com base na teoria do sujeito). Ou seja, na subjetividade, porque perpassam o

embasamento de natureza histórica (colonial) nas formas subjetivas, o que pode ser calcado na linguagem-discurso de embasamento pós-estruturalista. As “práticas” sociais podem ser examinadas de um ponto de vista cultural, ou melhor, pelo trabalho que fazem subjetivamente em sua prática social no universo (na escola, igreja etc.), no qual as práticas e os produtos dessas práticas podem ser lidos.

Ainda na ótica dos EC, em “Nunca fomos humanos Nos rastros do sujeito”, organizado por Tomaz Tadeu da Silva, no capítulo “A dobra: psicologia e subjetivação”, no tópico “linguagem, multiplicidade e agenciamento”:

Perguntas tais como, “quem fala?”, “segundo que critério de verdade?” [...] passam ao primeiro plano e delimitam a atividade do pensamento social. Não se trata de conhecer o significado de uma palavra [...]. O problema é, antes, com “quê” se conecta, em “quê” multiplicidades se implica, com “quê” outras multiplicidades se junta. Para a análise da produção de subjetividades, não precisamos de semânticas ocultas, mas do esclarecimento de regimes de produção de conexões superficiais. Trata-se de ver o que faz a linguagem, com que ela conecta e para quê. Seus efeitos são apenas uma parte dessa trama. A linguagem não deve ser tomada como matéria-prima e primária na constituição da subjetividade, mas, antes, como parte de um complexo maior (Domènec; Tirado; Gómez, 2001, p. 125, grifos meus).

Essa é uma reflexão importante que sintetiza e explora a tarefa de pensar a subjetivação ou o assujeitamento em uma trama que envolve não apenas a linguagem-discurso, mas como ela é produzida, com quais multiplicidades e agenciamentos, ou melhor, relações contextuais e conjunturais em torno desses sujeitos, mais do que saber os seus efeitos através do discurso potencialmente violento, é saber os porquês, interpretá-los de formas mais complexas, como uma teia de relações que envolvem os sujeitos e outras órbitas, sejam elas humanas, ou não, como maquinários, diz Deleuze e Guattari (1995; 2000), do orgânico e não orgânico, os quais são partes desses sujeitos em devir.

Entende-se que há várias concepções de sujeito em diversas áreas do conhecimento ou em linhas teóricas diversas, sobretudo na filosofia e na psicanálise (nos deslizes entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo), na linguística, ciências sociais, história e literatura, em que as reflexões acerca dos sujeitos serão eminentemente problematizadas, tensionadas e manejadas. Como visto, o sujeito está presente em Butler; bem como em Foucault, além de que é possível falar ainda do sujeito freudiano; lacaniano; cartesiano; pós-moderno, como expõe Eagleton (1998), e assim por diante. Imprescindível pensar na moderna noção de sujeito e de sua subjetividade advinda do pensamento cartesiano, em que Descartes, no “Discurso do método” (2008) e com sua máxima “*Cogito ergo sum*”, costumeiramente traduzida como, “Penso, logo

existir”, mas na qual Elia (2010) diz que se deve traduzir em português como “Penso, logo sou”, porque há uma razão de exatidão de língua e de tradução, dado que a forma latina é sum (o verbo é ser) e a forma em francês, língua de Descartes, é “*Je pense donc je suis*”, e não “*Je pense donc j’existe*”. Para garantir a existência das coisas e de um sujeito pensante que pudesse seguir existindo para além de seu próprio pensamento, Descartes recorre a Deus. Conforme Elia:

Pela primeira vez na filosofia, o discurso do saber se volta para o agente do saber, permitindo tomá-lo, ele próprio, como questão de saber. Pela primeira vez não se tratava apenas de situar os seres, de pensá-los através de uma ontologia, de uma metafísica, mas de colocar em questão o próprio pensar sobre o ser, que se torna, assim, também pensável. **O sujeito se desdobra, movimento pelo qual se coloca no ato de conhecer** (Elia, 2010, p. 10, grifos meus).

De todo modo, resume-se aí o espírito do racionalismo ao “inaugurar” a filosofia moderna no século XVII, defendendo o uso da razão em seu ensaio, ele (in)surge com um “Eu” dotado da capacidade de pensar. Lalande (1993, p. 1062) aponta que o subjetivo, enquanto conceito, quer dizer “que pertence a alguma coisa enquanto sujeito de atributos ou predicados”; uma coisa, em latim escolástico, dizia-se ser afirmada de uma outra “*subjective*”, que se afirmava enquanto existindo por sua própria conta e, ao contrário, o objetivo. Este não podia aparecer senão depois da revolução filosófica cartesiana, que levou a considerar o Eu como o único “sujeito” cuja realidade fosse impossível de pôr em dúvida, por oposição a tudo aquilo que chegamos a conhecer primitivamente apenas como “objetos” para a nossa consciência.

Descartes (2008, p. 19) postula que os nossos sentidos às vezes nos enganam. E, por existirem homens que se enganam ao raciocinar, ao mesmo tempo que Eu queria pensar que tudo era falso, fazia-se necessário que Eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, ao notar que esta verdade: Eu penso, logo existo, era tão sólida e correta que as mais extravagantes suposições dos cépticos não seriam capazes de lhe causar abalo, julguei que podia considerá-la o primeiro princípio da filosofia que eu (Descartes) procurava. Isto posto, pelo fato de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas, resultava com evidência a certeza de que eu existia, compreendi, então, que eu era uma substância cuja essência ou natureza consiste no pensar, e que, para ser, não necessita nem depende de qualquer coisa material. De maneira que esse Eu, ou seja, a alma, por causa da qual sou o que sou, é distinta do corpo. Para tanto, tem-se aí uma concepção de sujeito advinda desse racionalismo cartesiano em seu dualismo alma versus corpo.

Em “*Who Comes After the Subject?*”, organizado por Cadava; Connor e Nancy (1991), é oferecida uma visão abrangente do pensamento francês contemporâneo acerca do sujeito, em que dezenove filósofos abordam a questão do(s) sujeito(s): o sujeito da filosofia, do Estado, da

história, da psicanálise. Nesse âmbito francês, vê-se que o sujeito constitui o tema das pesquisas de Foucault, destaca-se que em caso algum o sujeito foucaultiano é proposto para ser pensado como o outro do político e do poder. Afinal, ele começa o seu curso de 1981, e o de 1982, lembrando que doravante o eixo de sua pesquisa é a relação do sujeito com a verdade, sendo a sexualidade um domínio entre outros (assim como a escrita, a relação médica etc.) de cristalização desta relação, como posto em “A Hermenêutica do Sujeito: Curso dado no Collège de France (1981-1982)” (2006, p. 620). Foucault declara que:

Esse sempre foi, na realidade, o meu problema, embora eu tenha formulado o plano dessa reflexão de uma maneira um pouco diferente. Procurei saber como o sujeito humano entrava nos jogos de verdade, tivessem estes a forma de uma ciência ou se referissem a um modelo científico, ou fossem como os encontrados nas instituições ou nas práticas de controle. Este é o tema do meu trabalho As palavras e as coisas, no qual procurei verificar de que modo, nos discursos científicos, o sujeito humano vai se definir como indivíduo falante, vivo, trabalhador. Nos cursos do Collège de France enfatizei essa problemática de maneira geral (Foucault, 2004, p. 264).

Dessa forma, falar do sujeito é também pensar a política e o poder, em que é possível observar tais problemáticas ao longo das suas obras, no qual, com a utilização de métodos arqueológicos e genealógicos, constata historicamente as transformações dos discursos, os quais produzem saberes (expressos na ciência por meio da gramática ou da linguística) e engendram poderes, evidenciando os seus usos como formas de controle por meio das instituições, tendo em vista a produção de subjetividades (subjetivação) na construção do sujeito em torno de tais processos, isto é, tem-se um o sujeito não como entidade fixa, mas como construção histórico-discursiva, resultado de relações e práticas aludidas. Esse sujeito moldado por discursos e práticas que o subjetivam com determinadas características pode produzir a sujeição e as possibilidades de resistência, afinal, há resistência onde há poder.

Portanto, entende-se que o autor não elabora necessariamente uma teoria do sujeito, mas faz uma analítica dos modos de subjetivação, abordando a constituição, ao longo da história, das várias formas de sujeito. Foucault (assim como Hall e Butler) frequentemente é considerado pós-estruturalista ou pós-moderno, termos por vezes usados como se sinônimos fossem; em sua produção intelectual, distanciou-se da abordagem estruturalista evitando abordagens mais formais ou enquadramentos categóricos. Mas como ele mesmo diz em entrevista “Nunca fui freudiano, nunca fui marxista e jamais fui estruturalista” (Foucault, 2000, p. 312). Em “Arqueologia do saber” (2008), afirma-se que:

Em uma palavra, esta obra, como as que a precederam, não se inscreve – pelo menos diretamente ou em primeira instância – no debate sobre a estrutura (confrontada com a gênese, a história, o devir); mas sim no campo em que se manifestam, se cruzam, se emaranham e se especificam as questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito. Mas, sem dúvida, não estaríamos errados em dizer que aqui também se coloca o problema da estrutura (Foucault, 2008, p. 18).

Ele aponta que, em “O nascimento da clínica”, o recurso à análise estrutural, tentado várias vezes, ameaçava subtrair a especificidade do problema colocado e o nível característico da arqueologia. Fato é que, de acordo estudiosos foucaultianos como Fonseca (2011), a problemática do sujeito e sua constituição (em práticas judiciárias, médicas, sexuais etc.) é uma das preocupações que acompanha Foucault em toda a sua trajetória filosófica. Essa problemática, por sua vez, ramifica-se, desdobra-se no interior de outras. Em suas fases arqueológica e genealógica, vê-se que o método da arqueologia será considerado como a técnica que o permite libertar-se de crença que fazem imaginar acesso diretamente aos objetos, faz abstração do sentido e da verdade.

Dito isso, nessa abstração e introdução das noções de espaço e de abertura, regidas por um sistema de regras que não possuem outra inteligibilidade que o seu próprio regime, a arqueologia permitirá a Foucault, já na genealogia, conceber esse espaço como o produto de práticas e como o campo de realização dessas práticas. Não obstante, tal concepção surge na genealogia já tendo como dada a ideia da não preexistência do sujeito (o antigo histórico-transcendental; que agora é situado e dependente no domínio do saber), pois eles não preexistem para entrar em relações; para a genealogia, os sujeitos aparecem sobre um campo de batalha e é lá que desempenham o seu papel. O que se coloca são diferentes formas de subjetividade que substituem uma subjetividade soberana, desenvolve-se possibilidades a partir dos discursos que começam a deixar de ser os discursos admitidos como nossos.

De maneira geral, Foucault estuda as formas de constituição do indivíduo moderno. Quando se fala em formas de objetivação e de subjetivação é em relação à constituição do indivíduo. Primeiro desse indivíduo como objeto (corpo dócil e útil) – genealogia do indivíduo enquanto objeto – e, num outro momento, a constituição desse indivíduo como sujeito; ou seja, um indivíduo preso à sua identidade pela consciência de si – genealogia do indivíduo enquanto sujeito –. São os processos de objetivação e de subjetivação que concorrem conjuntamente na constituição do indivíduo. O termo sujeito expressará o resultado da constituição do indivíduo ante aos mecanismos de subjetivação. Antes visto como núcleo de todo o conhecimento, a origem e fonte de eclosão da verdade; o sujeito passa a ser produto e efeito dela.

Nos pensamentos pós-estruturalistas há discursos que anunciam a “morte do sujeito” ou, em outros casos, na literatura, “a morte do autor”, ou ainda comumente é afirmado que o pós-estruturalismo teria liquidado o sujeito; quiçá não se visualiza uma “morte”, mas sim o nascimento do leitor, agora enveredando múltiplas leituras e, concomitantemente, críticas. Peters (2000) alerta que o pós-estruturalismo nunca teria “liquidado” o sujeito, mas sim realizado a sua reabilitação, descentrando-o, reposicionando-o em sua complexidade histórico-cultural. Sob tais pressupostos, seria o seu “antecessor” que teria “liquidado” o sujeito, dada as suas pretensões científicas, vê-se em Dosse (2018) que o estruturalismo é que queria ignorar a dimensão do sujeito, no qual Ricoeur avistou a vantagem advinda da virada linguística em não bloquear a dimensão do sujeito descartada pelos estruturalistas.

Nessas perspectivas, Williams (2012) nota que as observações sobre o sujeito não têm nada a ver com “eliminá-lo” ou afirmar que é possível ultrapassá-lo de uma vez por todas. Elas não consistem numa oposição ao sujeito, mas sim a percepção de que a pretensão dele a ser um fundamento da verdade (no conhecimento) ou da ação (pelo livre-arbítrio) é ilusória. Por outro lado, irrompendo essas ideias de uma “morte do sujeito” ou de sua supressão no âmbito do estruturalismo, Deleuze (2004, p, 170), no capítulo “*How Do We Recognize Structuralism?*”, frisa que:

Structuralism is not at all a form of thought that suppresses the subject, but one that breaks it up and distributes it systematically, that contests the identity of the subject, that dissipates it and makes it shift from place to place, an always nomad subject, made of individuations, but impersonal ones, or of singularities, but pre individual ones<sup>4</sup> (Deleuze, 2004, p. 190, grifos meus).

Observa-se que o estruturalismo (que para Deleuze é uma forma de pensamento) não suprime o sujeito, mas divide e distribui esse sujeito, fazendo contestações de identidade, tornando-o um sujeito que não é universal. Nele, a estrutura não é um modelo teórico de uma coisa estruturada; mas sim a razão para a transformação e evolução dessa coisa, sendo o “pós” um desenvolvimento radical do estruturalismo (estruturalismo radical). A questão não é “O que é?”, talvez “Como está sendo?”, “vir(á) a ser?” ou “pode(rá) ser?”. Para tanto, o estruturalismo clássico é criticado, sobretudo em sua rigidez que possibilitaria a produção de identidades fixas, por exemplo, dado que elas são nômades.

No capítulo “Nascimento e morte do sujeito moderno”, Hall (2006) esboça como o a descrição feita por alguns teóricos contemporâneos acerca das mudanças na forma pela qual o

<sup>4</sup> “O estruturalismo não é uma forma de pensamento que suprime o sujeito, mas que o divide e o distribui sistematicamente, que contesta a identidade do sujeito, que o dissipa e o faz mudar de lugar, um sujeito sempre nômade, feito de individuações, mas impessoais, ou de singularidades, mas pré-individuais” (tradução nossa).

sujeito e a identidade são conceitualizados no pensamento moderno até a sua “descentralização” na modernidade tardia. Com isso, centrando-se em concepções mutantes do sujeito, visto como uma figura discursiva, cuja forma unificada era pressuposta pelos discursos do pensamento moderno e pelos processos que moldaram a modernidade. Dessa maneira, conclui, uma vez que o sujeito moderno emergiu em um momento particular, segue-se que ele pode mudar e podemos contemplar sua “morte”, dado que surge uma nova concepção do sujeito individual e de sua identidade, porque as transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas.

Alguns, dos vários, “descentramentos” notados por Hall (2006) no pensamento ocidental e do sujeito estável (“sujeito” do Iluminismo) vieram da descoberta do inconsciente por Freud; da linguística estrutural de Saussure; da subjetivação em Foucault; dos feminismos e dos movimentos pós-coloniais, elementos que atravessam as noções de sujeito e a sua linguagem, apontando dimensões subjetivas, sobretudo no “sujeito pós-moderno”. O sujeito pós-moderno é aludido em Eagleton (1998), ele proclama que esse sujeito pós-moderno, diferentemente de seu ancestral cartesiano, é aquele cujo corpo se integra na sua identidade, pois o corpo se tornou uma das preocupações mais recorrentes do pensamento pós-moderno. Ainda para ele:

O pós-modernismo não é, por certo, apenas uma espécie de equívoco teórico. Ele é, entre outras coisas, a ideologia de uma época histórica específica do Ocidente, **em que grupos vituperados e humilhados estão começando a recuperar um pouco de sua história e individualidade**. Isso, como argumentei, se constituiu sua conquista mais preciosa [...] Existe de fato um tipo negativo de universalismo; mas também há um tipo negativo de particularismo. Se o universalismo iluminista é exclusivista na prática, o particularismo étnico pode ser exclusivista tanto na prática como na teoria [...] com a simultânea emergência da assim chamada política de identidade, parece provável que estamos prestes a enfrentar um longo período daquilo que Raymond Williams chamou certa vez de “particularismo militante”, que seria bobagem tentar evitar (Eagleton, 1998, p. 114, grifos meus).

Essas considerações de Eagleton trazem uma importante noção de ponderação e equilíbrio a ideias, por vezes, tomadas como radicais acerca da universalidade e da particularidade, caindo, ambas, em errôneas concepções acerca do sujeito e da subjetividade, bem como daquilo que torna os indivíduos semelhantes e também diferentes. Quanto ao aspecto do sujeito moderno que emergira em um momento particular, e da noção de que surge uma nova concepção do sujeito individual calcado na desestruturação das bases “sólidas” na estrutura das culturas e das sociedades acoplada a tradições, entende-se a ideia de um *éthos* que não é mais compartilhado. Butler (2021) aponta que esse “*éthos* coletivo” que não é mais compartilhado deve ser colocado entre aspas, porque não é compartilhado de maneira comum, no qual apenas pode

impor sua pretensão de comunidade por meios violentos, só assim pode instrumentalizar meios para que mantenha a sua aparência de coletividade.

Para Morin (2003), de alguma forma a ciência expulsou o sujeito das ciências humanas, na medida em que propagou entre elas o princípio determinista e redutor. Ele adverte que o sujeito foi expulso da Psicologia, da História, da Sociologia; e, pode-se dizer, o ponto comum às concepções de Althusser, Lacan e Lévi-Strauss foi o desejo de liquidar o sujeito humano. Entretanto, conclui que entre os pensadores estruturalistas houve uma volta tardia ao sujeito, como em Foucault e em Barthes; mas foi uma volta existencial, que acompanhou a volta da literatura, e não uma volta do sujeito ao âmago da teoria. Ele entende que é preciso uma concepção complexa do sujeito.

Além do mais, há uma crítica de que a proclamação imperativa da tal “morte do sujeito” surge precisamente no momento em que, historicamente, o Outro do sujeito ocidental começa a falar por si próprios e a reivindicar seus lugar como sujeito histórico, mormente com o papel insurgente dos sujeitos pós-coloniais, que em muito “aprenderam” ou apreenderam e mobilizaram os discursos pós-estruturalistas (reiterando, por ser ponto importante de interlocução, uma “corrente” repetidamente conceituada como pós-moderna, geralmente pejorativamente), bem como é relevante lembrar o papel da Escola dos *Annals* ao falar dos sujeitos historicamente ocultados. Essa crítica está alinhada ao pensamento de Hall acerca de que esse “sujeito pós-moderno” (como um sujeito fragmentado ou de um “homem” descentrado na “superficialidade” da cultura de massas) é o momento em que esse descentramento da consciência permite que ele, como sujeito diaspórico e racializado, possa emergir. Quando o sujeito “universal” ou centralizado, ou que se via como tal, é descentralizado e fragmentado, ou melhor, é o sujeito que se sente descentrado (fora do centro), é também o contexto em que os Outros podem ser vistos, vendo-se, de todo modo, como “centrais”.

Neste texto é possível ver que o sujeito está presente sobretudo nas relações com o Outro e no aspecto linguístico-discursivo que o forma e o conforma; porém, isso não faz dele apenas sujeito passivo, mas também capaz de agenciar o fluxo e movimento das coisas, de resistir. Afinal, não é simplesmente uma noção de que “tudo é texto/discurso/cultura”, mas que, como mostrou Hall (2016), não há negação da materialidade nem a tentativa de um novo “idealismo” reducionista, e sim a noção de que nada tem sentido fora do discurso. Afinal, não há sentido fora da linguagem-discurso-texto e da cultura. Dessa maneira, o sujeito é produzido no discurso (na linguagem) e na cultura. Conclui-se que toda prática social depende e tem relação com o significado para funcionar e produzir efeitos, tendo uma dimensão cultural situada “na linguagem

e no discurso”, isto é, são discursivas e produzem sentidos. Trata-se de uma forma metafórica e metonímica de “dar sentido ao real e ao Outro”, ao sujeito. Somos linguagem! Lemos o mundo por intermédio da linguagem, do discurso e da cultura!

Assim, Fink afirma que Lacan apresenta uma teoria da subjetividade nova, em que:

Ao contrário da maioria dos pós-estruturalistas, que procuram desconstruir e negar a própria noção de sujeito humano, o psicanalista Lacan acredita que o conceito de subjetividade é indispensável e explora o que significa ser um sujeito, como alguém se torna sujeito, as condições responsáveis pelo fracasso em tornar-se um sujeito (levando à psicose), e as ferramentas à disposição do analista para causar uma “precipitação de subjetividade” (Fink, 1998, p. 9).

Trata-se de outro intelectual que desliza, que foge aos enquadramentos. Já que no começo da década de 1980 nos Estados Unidos, Fink enfatiza que Lacan era mais conhecido como um estruturalista, devido aos debates a respeito de seu trabalho sobre a linguagem. Em Lacan , pode-se ver a primazia da linguagem e do Outro; na definição lacaniana do sujeito como uma posição adotada com relação ao Outro enquanto linguagem (Fink, 1998), confluindo com a ótica que aqui disponho ao ler o indivíduo em sua relação com o(s) Outro(s), nas relações entre professores e alunos, por exemplo, no qual os primeiros são constituídos enquanto sujeitos nas relações com os Outros enquanto linguagem, com e na linguagem, é o que fornece sentidos nessa subjetivação de sujeitos que enunciam e de sujeitos que são enunciados.

Veena Das (2006), em sua obra “*Life and words*”, destaca que as contribuições à teoria do sujeito argumentam que a experiência de se tornar um sujeito está ligada à experiência da subjugação de maneiras significativas, como é o caso das violações, por exemplo, sejam elas inscritas no corpo (literal e figurativamente) ou na psique, no domínio da linguagem que pode ser intempestivo, os quais marcarão a subjetividade mesma por uma relação estabelecida também por um Outro. O sujeito está na língua, para Derrida (1991, p. 47), o sujeito (identidade a si, consciência da identidade a si ou consciência de si) está inscrito na língua, é “função” da língua, não se torna sujeito falante a não ser conformando a sua fala, mesmo na “criação”, na “transgressão”, com o sistema de prescrições da língua como sistema de diferenças. Na abordagem acerca da linguagem e do discurso é possível ver que Derrida traz a reflexão acerca da língua e é notório como isso é coadunado ao aspecto da formação do sujeito. No aspecto da língua, da linguagem e do ato de narrar, Ricoeur, em “*Sí mismo como otro*” (1996), traz a noção de identidade narrativa, que é a forma como as identidades são construídas por meio de histórias que os sujeitos contam sobre eles mesmos e sobre o que vivem, é o desdobramento de um sujeito que

se volta para si mesmo para escrever e narrar a sua própria história, mas como um Outro, um processo de dar sentido à existência unindo passado, presente e futuro.

Desse modo, surgem problemáticas, como por exemplo quando indivíduos não se enquadram em uma das categorias binárias de gênero; logo, o sujeito é um problema ou está em uma situação problemática, como pontuado por Butler (1993), isso engendra conflitos pessoais e sociais (o pessoal é social), no qual os corpos também são vistos como problemas, esses são os efeitos da binariedade e do dualismo da língua, que produz violência por meio dos discursos afetando a formação da subjetividade, portanto, o sujeito, que nunca é acabado, mas está em devir, sempre produtor e/ou produto de violências.

Contudo, não se trata somente dos corpos de minorias sociais que são vistos como menos humanos, mas todos aqueles “corpos que não importam”, no qual advém as reflexões em várias das obras de Butler, como em “*Bodies that Matter*” (1993), “*Precarious Life*” (2004) e “Quadros de Guerra” (2015), incluindo-se aquelas categorias de minorias étnicas e de vários outros grupos socioculturais. Em “*Precarious Life*” (2004, p. 20) ela questiona: “[...] *Who counts as human? Whose lives count as lives? And, finally, What makes for a grievable life?* [...]”<sup>5</sup>”, ao refletir acerca da violência, do luto e da política, questões que ela põe em discussão também em “Quadros de Guerra” ao refletir acerca das várias formas e dimensões da violência e da noção de sujeito e de humano.

Portanto, o sujeito, entende-se aí o seu próprio corpo, não está isolado, é dependente, sua vida é, de alguma maneira, precária desde o surgimento. Desse modo, esse corpo dependente propicia a possibilidade de que se entenda o corpo como um campo que é permeado por possibilidades de violência em si mesmo. Essa reflexão pode ser introjetada aos espaços públicos aos quais Butler faz referência, sendo um deles a própria dimensão das escolas, permeadas por diversos corpos em suas precariedades e subjetivações que constituem identidades múltiplas. Outrossim, outro ponto importante é o da relação do corpo com a questão colonial nas relações de poder e da formação das subjetividades, no qual Butler (2021) reflete que a destituição do corpo não é apenas efeito do colonialismo, no sentido de que o colonialismo é compreendido como algo anterior, em uma “condição” historicamente separada do corpo em si. Ao contrário, o corpo é a vida desanimada dessa condição histórica, aquilo sem o qual a própria colonização não poderia existir; assim, a colonização é a morte social no qual o corpo vive sua potencialidade como morte.

---

<sup>5</sup> “Quem conta como ser humano? Quais vidas contam como precárias? E, finalmente, o que faz uma vida ser passível de luto?” (tradução nossa).

No âmbito dos estudos pós-coloniais, Chakrabarty (2000) questiona: o que está em jogo quando se chama a teoria crítica de “ocidental”? Para ele, essa é uma designação de poder institucional e eurocêntrico. Tendo-se aberto o abismo da diferença cultural, ele adverte que um mediador deverá conter os efeitos da diferença; e, para que seja eficiente como disciplina, deve-se garantir que o conhecimento da diferença cultural exclua o Outro. Desloca-se subjetividade, a ideia de um sujeito digno de valor, tratado como um Outro. Esse “Outro” é estudado e enquadrado, perdendo o seu poder de negar e de iniciar o seu ponto de vista, não estabelecendo o próprio discurso institucional (enquanto espaço de poder e de legitimação) e oposicional, trata-se de um sujeito descentrado de poder de agenciamento e de mobilização.

É nesse aspecto que Spivak (2010) questiona: “Pode o subalterno falar?”. No qual o ponto é desafiar os discursos hegemônicos seja como leitores quanto como produtores de conhecimento, refletir acerca de sujeitos subalternizados que são diversos em diversos aspectos, origem, etnia, línguas, gênero e culturalmente no geral. Grada Kilomba (2019) inverte a ordem e indaga: “Pode a subalterna falar?”. Isto é, sujeitos que foram, e são, subalternizados e silenciados historicamente. Em suma, o “subalterno” referido por Spivak (2010) é uma referência a camadas constituídas por exclusão dos mercados, da representação política, econômica e social, bem como da possibilidade de serem membros plenos no estrato dominante.

Esses Outros sujeitos passam a ter uma práxis centrada no discurso, em uma “assimilação” da linguagem-discurso eurocentrada(o), agora com o propósito de crítica, de sublevação. E, como postulado anteriormente, a suposta “morte do sujeito” vai sendo dada no momento em que essas vozes passam a ter vulto dentro do próprio discurso institucional eurocentrado. A questão é que essa “morte” do sujeito possa ser dada mais no âmbito do “sujeito universal”, ou tido como tal, o sujeito metanarrativo, agora, em fragmentos. São as minorias em seus devires, de acordo Guattari (2000), os devires subjetivos que se instauram através dos indivíduos e dos grupos sociais. E eles podem fazê-lo, porque eles próprios são processos de subjetivação e configuram a própria existência das realidades subjetivas. A ideia de “devir” está ligada à possibilidade ou não de um processo se singularizar. Inúmeros processos de “minorização” atravessam a sociedade, os quais tocam certos elementos de seu comportamento, como comportamentos sexuais dissidentes, certas concepções da relação com a natureza, com a relação de produção, relações e concepções que não são reconhecidas pela sociedade como um todo etc.

As tradições de pensamento fora da Europa foram subalternizadas e caracterizadas como “inferiores”, subjetividades foram mistificadas e estigmatizadas. Assim, a teoria social ocidental é

baseada na experiência poucos países, uma pequena parcela da população mundial. Há, aí, o provincialismo apontado por Chakrabarty (2000) na Ciência Social e também em outros segmentos, um provincialismo que reivindica uma suposta universalidade. Trata-se, como é notório, da colonialidade conjugada em poder e saber, ao fim, também ontologicamente, dado o impacto na subjetividade, nas formas de ser e de existir.

No aspecto das diferenças, da linguagem e das identidades que propiciam a subjetivação, tendo em vista reflexões de Deleuze (1995) acerca da diferença e da repetição, entende-se que todas as identidades são simuladas e produzidas como um “efeito” óptico por um jogo profundo que é o da diferença e o da repetição. Ou seja, a partir da constante repetição, advinda da sociabilidade e dos valores construídos em determinado contexto, é que são cristalizados os valores e regras criadas acerca “disso e daquilo”, “do que é e do que não é” na formação do sujeito. Esse processo é infligido também no processo de colonização, é aprendido, apreendido e repetido até “tornar-se” algo que, *a priori*, não era, como a base de gênero e de raça.

No “efeito” óptico deste jogo da diferença e da repetição (Deleuze, 1995), as características dos sujeitos, seus comportamentos, seus modos de ser e de estar no mundo, a idiossincrasia, bem como as questões de sexo-gênero podem ser mobilizadas com o intuito de, a partir disso, fazer nascer o jogo da repetição (ofensas, insultos, “piadas” reiteradas etc.) e a produção das diferenças (contextuais e em devir, estigmas, estereótipos) que, ao fim, tornam-se elas mesmas estigmas estigmatizantes, produtores de violências e de não-sujeitos. O problema é que o(s) sentido(s) é fixado e depois de um tempo parece natural, daí advém a questão dos estereótipos, preconceitos e classificações arbitrárias que são tidas como ontológicas, como essência e imanência do sujeito, tais processos são inerentes ao poder.

Dado que, como alega Hall (2016a, p. 193), estabelece-se na estereotipagem uma conexão entre representação, diferença e poder. Ele demonstra que a representação diz respeito à produção de sentido pela linguagem; a linguagem é fundamental para os sentidos, para a formação da cultura, porque ela constrói os significados e opera como sistema representacional. Entende-se que a representação social e cultural ocorre pela linguagem, sendo essencial aos processos pelos quais os significados, com isso, os sujeitos, são produzidos e (re)produzidos. Trata-se não somente da língua oral, mas de todos os elementos sociais que comunicam algo, são os signos (significante e significado; palavras, sons ou imagens que carregam sentido), os símbolos, aquilo que significa algo e que carrega um ou vários sentidos. Ou seja, o material e o imaterial conjugam uma proliferação de signos, significantes e significados, que vão marcar um povo ao longo do tempo, promovendo subjetividades diversas.

Uma perspectiva que contribui para essas reflexões está presente em Rolnik e Guattari (2000), os quais refletem acerca de conceitos importantes, como cultura, subjetividade e capitalismo. Assim, foi visto que a palavra cultura obteve várias nuances e classificações, uma delas é a da cultura de massa, um elemento fundamental da subjetividade capitalística. Produz-se, assim, uma subjetividade inconsciente, o que, ao fim, dar-se-á em uma “grande fábrica”, a máquina capitalística, que produz aquilo que acontece conosco quando sonhamos, devaneamos, fantasiamos etc. Propõe-se, com os autores, a ideia de uma subjetividade de natureza industrial, maquinária, ou seja, essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida. As máquinas de produção da subjetividade variam, por isso, em sistemas tradicionais, por exemplo, a subjetividade é fabricada por máquinas mais territorializadas, na escala de uma etnia, de uma corporação profissional, de uma casta. Já no sistema capitalístico, a produção é industrial ocorre em escala internacional. Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística, tudo o que chega pela linguagem, não é apenas uma questão de ideia ou de significações por enunciados significantes, trata-se da conexão direta entre as grandes máquinas produtivas e de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber mundo. Assim, a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção. Os modos de expressão que passam não só pela linguagem, mas também por níveis semióticos heterogêneos, por processos de subjetivação, de semiotização.

Em suas teses no campo dos EC ao falar da “pedagogia dos monstros”, Cohen (2000) aponta algumas questões, como a ideia de que “o sujeito da educação já não é mais o mesmo”, este parece ser o anúncio mais importante da teoria cultural e social recente, pois o sujeito racional, crítico e emancipado da teoria educacional crítica entrou em crise. O pressuposto é o mesmo: que existe um núcleo de subjetividade que pode ser pedagogicamente manipulado para fazer surgir o seu avatar crítico no sujeito que vê a si e à sociedade de forma transparente, adquirindo a capacidade de transformá-la. Cohen faz um percurso sintético em alguns pensadores, lembrando que é com a psicanálise que o sujeito cartesiano é descentrado: é deslocado do consciente para o inconsciente, do pré-lingüístico e do pré-social para o lingüístico e o social. E é com a “teoria pós-estruturalista” e com as perspectivas chamadas de “pós-modernas” que a “teoria do sujeito” vai se tornar insustentável.

Em suma, com Foucault, o “sujeito” é efeito das práticas linguísticas e discursivas que o constroem como tal; com Derrida, a subjetividade dissolve-se na textualidade; com Deleuze e Guattari o questionamento da “teoria do sujeito” se radicaliza, em oposição a Foucault e Derrida, que questionam o “sujeito” da “filosofia da consciência” sem propor algo em troca, Deleuze e

Guattari desenvolvem uma pragmática da subjetividade na qual desaparecem referências a “sujeitos” como entidades concebidas como centros ou origens da ação humana, com eles, o mundo é constituído de “máquinas” que se definem porque produzem: o que interessa são seus efeitos, as máquinas não são caracterizadas pelo que são, mas pelo que fazem; não há distinção entre “máquinas” biológicas, humanas, mecânicas, naturais, sociais e/ou institucionais; rejeita-se a distinção entre sujeito e objeto, cultura e natureza. Não há a tentativa de remontar as ações a qualquer suposta origem, que é o gesto fundador da “teoria do sujeito”. Para Cohen (2000), a teorização pós-estruturalista livra-se do “sujeito” e do vocabulário que torna possível falar sobre ele – visão controversa e vista de outro modo em Peters (2000), como posto em parágrafos anteriores –, substituindo-o por uma linguagem nova, constituída de entes e seres que lhe são estranhos: máquinas desejantes, corpos sem órgão, agenciamentos.

Fato é que “há décadas” as Ciências Sociais “assistem à morte do sujeito”, sob a “crise do eu”, critica-se e rejeita-se a definição do sujeito universal, estável, unificado, totalizado e totalizante. Essa “morte do sujeito” é, ela própria, um evento histórico real: o indivíduo ao qual essa imagem do sujeito correspondia surgiu recentemente, em uma zona limitada de tempo-espacío, tendo sido, agora, varrido pela mudança cultural, revelam Domènec; Tirado e Gómez (2001), e, concluem, no lugar do “Eu” proliferam novas imagens de subjetividade: como socialmente construída; dialógica; inscrita na superfície do corpo; espacializada, descentrada, múltipla etc.

Conclui-se que o indivíduo está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade. Entre esses componentes alguns são inconscientes; outros, são do domínio do corpo; há ainda aqueles que são do domínio da produção de poder, situando-se na lei, na polícia etc. Assim sendo, é explicada essa subjetividade mais ampla denominada subjetividade capitalística. A ideia central é a de que a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social e está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos, isto é, a subjetividade é social, mas assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares (Rolnik; Guattari, 2000, p. 33). Tem-se aí uma contribuição para que se pense as subjetividades em sua fabricação maquinica capitalística, no qual os meus, os seus e os nossos modos de ver, sentir e agir, não são totalmente nossos, são produzidos socialmente, inclusive na perspectiva da escola e da escolarização.

Nessa perspectiva de promoção das subjetividades, em uma síntese que serve de praxe ao entendimento teórico e procedimental, vê-se nos relatos de Butler (2021) uma bela síntese ao pontuar que o sujeito sempre faz um relato de si para o Outro, seja inventado, seja existente, e o

Outro estabelece a interpelação. Isto posto, os termos que os sujeitos usam para relatar a “si mesmos” não são criados pelos próprios sujeitos, pois esses termos têm caráter social e estabelecem normas. Quando o “eu” faz um relato de si, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado em uma temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração. A razão disso é que o “eu” não tem uma história própria que não seja também a história de uma relação com um conjunto de normas (investidas de poder) que precede e excede o sujeito.

Sendo assim, não há criação de si fora dessas normas e fora de um modo de subjetivação que orquestram os jeitos possíveis que os sujeitos devem assumir. O Outro aparece como uma produção discursiva do “Eu”, em uma espécie de “invenção” de um Eu e de um Outro. Esta ideia serve então para que consigamos compreender a necessidade da história das relações socioculturais envoltas em um conjunto de normas que excedem o sujeito, mas que conjugam a sua subjetivação, moldando as formações dos sujeitos, aspectos assim engendrados no âmbito da historicidade colonial abarcados nos estudos da cultura.

## REFLEXÕES FINAIS

Torna-se evidente que é possível conceber o fato de que a dinâmica com os Outros sujeitos e também com o espaço produz subjetivações, nisso, insere-se a relação com as redes sociais, com a internet, com vários aparelhos e elementos como a mídia de massas etc., tudo isso produz um modo de existência, de percepção e de produção de desejos, de afetos e formas de ser afetado (efeito de sujeito sobre o Outro) por elementos orgânicos e inorgânicos.

Logo, esse sistema produz subjetividades, em mim e no Outro, com isso, essas mediações entre os sujeitos são também mediadas por elementos diversos que formam e são formados de formas diversas pelas relações humanas e pelas relações desses sujeitos com os vários elementos do cotidiano. Entende-se que a subjetividade é produzida socialmente, não é uma essência ou algo individual.

Isto posto, conclui-se que a discussão e a linguagem envolta nas reflexões acerca da definição de sujeito e de seus desdobramentos ainda contam com relevância predominante, sobretudo em contribuições importantes em aspectos da teoria crítica de cunho feminista e de raça, englobando elementos que se desdobram em aspectos étnicos, de gênero e de sexualidade. Aliado a isso, estão contribuições relevantes advindas do pós-estruturalismo, dos estudos culturais e de desdobramentos como o pós-colonialismo nas noções de sujeito colonial e colonizado aliados aos preceitos de suas subjetividades.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1º edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. – 5º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade**: espaço, dor e desalento na atualidade. – 3ª ed. Ampliada – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. Routledge New York & London, 1993.
- BUTLER, Judith. **Precarious life**: the powers of mourning and violence. London, New York: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto?. Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Limarão e Arnaldo Marques da Cunha. – 1J ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Tradução: Rogério Bettoni. Autêntica, 2017.
- BUTLER, Judith. **Os sentidos do sujeito**. Tradução: Carla Rodrigues. 1 ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- CADAVA, Eduardo; CONNOR, Peter; NANCY, Jean-Luc. **Who comes after the subject?**. Routledge New York and London, 1991.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. Published by Princeton University Press, 41 William Street, Princeton, New Jersey, 2000.
- COHEN, Jeffrey Jerome. **Pedagogia dos monstros**: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- DAS, Veena. **Life and words**: violence and the descent into the ordinary. Univ of California Press, 2006.
- DELEUZE, Gilles. **Desert islands**: and other texts, 1953-1974. 2004.
- DELEUZE, Gilles. **Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia**. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Vol. II, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Tradução: Joaquim Torres Costa, António M. Magalhães; revisão técnica: Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2019.

DOMÉNECH, Miguel; TIRADO, Francisco Javier; GÓMEZ, Lucía. A dobra: psicologia e subjetivação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 111-136.

DOSSE, François. **O império do sentido**: a humanização das ciências humanas. Tradução: Ilka Stern Cohen. São Paulo – SP: Editora Unesp, 2020.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Tradução: Elisabeth Barbosa, Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1998.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 3<sup>a</sup> edição. 2010.

ERIBON, Didier. **Insult and the making of the gay self**. Duke University Press, 2004.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma; JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, estudos culturais**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara; consultoria Mirian Aparecida Nogueira Lima. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Edição estabelecida sob adireção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros; tradução Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail. 2º ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, – 7ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, v. 22, n. 2, 1997.

HALL, Stuart. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Editora: Vozes, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016a.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. Tradução de Fátima Sá Correia... et al.J. – São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8º ed. –Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença:** uma introdução. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RICOEUR, Paul. **Sí mismo como otro.** Traducción de Agustín Neira Calvo, Siglo xxi, 1996.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo.** Tradução de Caio Liudvig. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords:** A vocabulary of culture and society. Oxford university press, 1985.

**Submetido em:** 16 de out de 2025.

**Aprovado em:** 10 de dez de 2025.

**Publicado em:** 30 de dez de 2025.